



# 13<sup>a</sup> REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E  
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2150 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)  
GT 13 - Educação Fundamental

ENTRE A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM CICLOS E AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU: DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO GLOBAL DO ESTUDANTE  
Nathalia Christine Santos Corrêa da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## Resumo

Esta pesquisa parte da observação de que a enturmação escolar em ciclos surge como uma possibilidade de questionar o sistema excludente imposto pela lógica seriada. Todavia, com a institucionalização das avaliações externas, se fortalece o discurso sobre uma qualidade educacional referenciada por índices. Nesse contexto, duas lógicas passam a coexistir no espaço escolar: a lógica dos ciclos, fundamentada na formação global do estudante; e a lógica das avaliações externas, pautada pela seleção e responsabilização. Diante desse antagonismo, busca-se identificar como se efetivam essas duas propostas em escolas do Município de Nova Iguaçu e quais as possibilidades de superação de práticas excludentes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que realiza a revisão de artigos, o estudo de documentos e entrevistas. Como resultado, observaram-se interferências das avaliações externas sobre as práticas docentes, com indícios de uma preocupação originada pelas próprias educadoras para que os estudantes obtenham bons resultados. Também foi possível perceber ações que ultrapassam os limitadores das avaliações padronizadas e promovem alternativas em prol do reconhecimento das diferenças.

**Palavras-chave:** Organização escolar em ciclos; Avaliações externas; Município de Nova Iguaçu.

ENTRE A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM CICLOS E AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU: DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO GLOBAL DO ESTUDANTE

## Resumo

Esta pesquisa parte da observação de que a enturmação escolar em ciclos surge como uma possibilidade de questionar o sistema excludente imposto pela lógica seriada. Todavia, com a institucionalização das avaliações externas, se fortalece o discurso sobre uma qualidade educacional referenciada por índices. Nesse contexto, duas lógicas passam a coexistir no espaço escolar: a lógica dos ciclos, fundamentada na formação global do estudante; e a lógica das avaliações externas, pautada pela seleção e responsabilização. Diante desse antagonismo, busca-se identificar como se efetivam essas duas propostas em escolas do Município de Nova Iguaçu e quais as possibilidades de superação de práticas excludentes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que realiza a revisão de artigos, o estudo de documentos e entrevistas. Como resultado, observaram-se interferências das avaliações externas sobre as práticas docentes, com indícios de uma preocupação originada pelas próprias educadoras para que os estudantes obtenham bons resultados. Também foi possível perceber ações que ultrapassam os limitadores das avaliações padronizadas e promovem alternativas em prol do reconhecimento das diferenças.

**Palavras-chave:** Organização escolar em ciclos; Avaliações externas; Município de Nova Iguaçu.

## Introdução

A análise da produção acadêmica dos últimos cinco anos em instituições de notória legitimidade e relevância no campo da investigação em Educação, especificamente a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em

Educação (ANPEd), a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), permite observar que são escassos os estudos que abordam o tema da organização escolar em ciclos e das avaliações externas ao mesmo tempo, isto apesar do vasto número de pesquisas que evidenciam, ainda que em separado, a existência inegável de um conflito teórico, pedagógico e epistemológico entre essas duas políticas educacionais que estão postas simultaneamente nas salas de aula. Está-se a falar, portanto, de políticas antagônicas que coexistem nas escolas e que a produção acadêmica pode contribuir para questionar.

Assim, a pesquisa surge das inquietações profissionais provocadas pela política de controle da qualidade educacional por meio das avaliações externas e de suas possíveis influências sobre o currículo das escolas organizadas em ciclos, notadamente, no município de Nova Iguaçu, localizado na baixada fluminense do estado do Rio de Janeiro.

Portanto, este trabalho teve por objetivo identificar como se estabelece a relação entre a lógica dos ciclos e das avaliações externas no cotidiano de escolas do Município de Nova Iguaçu.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que incluiu quatro estratégias metodológicas: (1) revisão de documentos; (2) revisão bibliográfica dos fundamentos teóricos que sustentam a organização escolar em ciclos e as avaliações externas; (3) mapeamento das produções acadêmicas de fóruns de pesquisa em Educação; e (4) pesquisa de campo.

### **Ciclos e avaliações externas: o confronto entre duas lógicas**

Encontrando fundamentação teórica em autores como Andrea Fetzner (2008), Luiz Carlos de Freitas (2003), Miguel Arroyo (2007) e Vítor Paro (2003), a pesquisa permitiu perceber que esses estudiosos são uníssonos ao afirmarem que os ciclos constituem uma forma de organização curricular que respeita os estágios de desenvolvimento cognitivo, social e afetivo da criança e do adolescente, visando desenvolver métodos adequados à apreensão de conteúdos culturais, sempre observando a necessária flexibilidade para que possa contemplar as especificidades de cada estudante, sem as exclusões e rupturas próprias da organização seriada.

Não obstante, com a institucionalização das avaliações externas, as bases epistemológicas e pedagógicas da organização em ciclos são postas em risco e o modelo de avaliação em larga escala passa a ocupar o centro do debate educacional. A partir da revisão de artigos realizada, se evidencia que quando tais avaliações são consideradas na construção do trabalho pedagógico, emergem influências como: direcionamento da prática em função de resultados; avaliação empobrecida; um currículo homogêneo, limitando a ação do professor, dentre outras.

Com isso, duas lógicas passam a coexistir no espaço escolar: a lógica dos ciclos, fundamentada na solidariedade, na humanização e na formação global do estudante; e a lógica das avaliações externas, pautada pela necessidade de vigilância do trabalho pedagógico, com a finalidade de seleção e responsabilização, sobretudo de escolas e professores. Deve-se questionar, portanto, a incoerência de se declarar um ensino para a cooperação com práticas pedagógicas que estimulam a competição (FETZNER, 2008, p.146).

### **Diálogos e dissensos entre a lógica dos ciclos e das avaliações externas em Nova Iguaçu: do discurso oficial às práticas avaliativas cotidianas**

A revisão de documentos do período da instituição dos ciclos em Nova Iguaçu <sup>[1]</sup> permitiu identificar um dicotômico precedente: a definição da “qualidade total” enquanto opção declarada para as políticas educacionais. Ao assumir os pressupostos de uma gestão pela “qualidade total”, o município deixou claro que as preocupações com a educação democrática deveriam ser substituídas pela eficiência e prestação de contas, evidenciando a incompatibilidade entre os critérios de qualidade educacional declarados e o projeto de sociedade que a instituição dos ciclos deveria inspirar.

Por conseguinte, a partir da observação das premissas que orientaram a organização curricular adotada pela rede para a implantação dos ciclos, pode-se indicar que a estrutura denominada como “ciclos” corresponderia a um modelo que ainda apresenta equívocos metodológicos, estruturais e organizacionais.

Buscando ainda compreender a forma como os ciclos e as avaliações externas se efetivam atualmente em algumas escolas de Nova Iguaçu, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com quatro educadoras do município. Para escolha destas profissionais, não foi observado um critério numérico, mas uma amostra qualitativa que levou em consideração, principalmente, o fato de desempenharem funções que as tornam interlocutoras relevantes. Assim sendo, foi entrevistada uma representante da Secretaria Municipal de Educação (SEMED); uma supervisora escolar; e duas professoras com experiência há pelo menos dez anos com os ciclos em diferentes unidades escolares.

Assim, acerca das avaliações externas, verificou-se que persistem concepções que conferem a tais provas o potencial para revelar o que os alunos ainda não aprenderam e o que o professor precisaria ensinar, percepção presente na fala de uma das gestoras municipais.

Sobre as possíveis interferências geradas pelas provas padronizadas nos processos de avaliação cotidianos do ciclo, as professoras entrevistadas declararam não existir qualquer influência e mostraram-se contrárias ou resistentes às provas externas. Como argumentos para essa contraposição, destacaram a superficialidade do instrumento e sua incapacidade de refletir os avanços individuais dos estudantes, obtidos por meio de intervenções cotidianas adequadas a cada nível de desenvolvimento, as quais, segundo as professoras, são o que efetivamente proporciona novas aprendizagens. A partir de outras narrativas com os mesmos princípios, as professoras manifestaram práticas que se

alinham a uma concepção de avaliação com finalidade formativa, realizada com o propósito de favorecer a melhoria do processo de aprendizagem enquanto ele transcorre (SACRISTÁN e GÓMEZ, 2000, p.328).

Todavia, revelou-se um conflito nas afirmações das docentes, pois apesar de asseverarem que as avaliações externas não representam um instrumento que resulte em pressão por mudanças, também declararam produzir, por iniciativa individual, atividades que simulam a prova, sob a alegação de que as mesmas fazem parte da vida em sociedade, ou ainda, que se sentem gratificadas ao verem seus alunos obtendo bons resultados. Diante disso, há indícios de uma preocupação originada pelas próprias professoras para que os estudantes obtenham êxito nesse tipo de avaliação, deixando implícita a percepção de que os resultados representariam uma espécie de atestado de qualidade de suas ações.

Com isso, se evidenciou o conflito vivenciado pelas educadoras, uma vez que oscilam entre os supostos benéficos do treino para resolução da avaliação externa e o retrocesso causado em suas práticas pedagógicas cotidianas. Portanto, torna-se urgente a observação de que, para a construção de uma escola efetivamente progressista, deve haver um divórcio radical com os mecanismos de classificação e seleção presentes nas avaliações externas. Paro (1999) ratifica essa análise e defende que, em lugar de preparar para o trabalho alienado e para o ingresso na universidade, a escola básica deve se dispor a preparar para o “viver bem” e para o efetivo exercício da cidadania. Afinal, em uma perspectiva progressista, a formação global do sujeito não se dará com a simples aquisição de informação por meio de avaliações padronizadas.

## **Conclusões**

A partir da observação dos pressupostos que orientaram a organização curricular adotada pelo município de Nova Iguaçu, pode-se indicar que a estrutura denominada como “ciclos” corresponde a um modelo que indica equívocos metodológicos, estruturais e organizacionais, o que tende a tornar a medida em uma mudança apenas formal.

Constatarem-se, ainda, mudanças nas práticas das salas de aula organizadas em ciclos a partir da institucionalização das avaliações externas, fomentadas pela preocupação das professoras para que os estudantes obtenham êxito nessas formas de avaliação. Tais práticas levam à coexistência de ações avaliativas mais contínuas e processuais, as quais parecem ser predominantes, com momentos de treino para as provas padronizadas. Com isso, torna-se imperativo evidenciar a necessidade de comprometimento com uma proposta de ensino coerente com o projeto de sociedade e de formação escolhido pela escola. Afinal, como ressalta Fetzner (2008, p.146), não há coerência em buscar um ensino para a cooperação com práticas pedagógicas que estimulem a competição.

## **Referências**

ARROYO, Miguel G. Ciclos de Formação. O que pesquisar e refletir? In KRUG, Andréa R. F. (org.) Ciclos em Revista: implicações curriculares de uma escola não seriada, v. 2. Rio de Janeiro: Wak Editora, p. 17-34, 2007.

FETZNER, Andrea Rosana. Da avaliação classificatória às práticas avaliativas participativas: esta migração é possível? In: FETZNER, A. R. (org.). Ciclos em Revista: avaliação: desejos, vozes, diálogos e processos, vol. 4. Rio de Janeiro: Wak Editora. 2008, p. 143-158.

FREITAS, Luiz Carlos de. Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2003.

PARO, Vitor Henrique. Reprovação escolar: renúncia à educação. São Paulo: Xamã, 2003.

\_\_\_\_\_. Parem de preparar para o trabalho! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, Celso João et alii; orgs. Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola. São Paulo, Xamã, 1999, p. 101-120.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

[1] Os ciclos foram instituídos em Nova Iguaçu por meio da Resolução da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) Nº 007/99, que tornou a nova forma de organização escolar obrigatória a partir do ano 2000.